

Universidade dos Açores precisa de mais previsibilidade no seu financiamento

A secretária regional da Educação e Assuntos Culturais considerou que a responsabilidade do Estado com a Universidade dos Açores tem que se pautar pela “previsibilidade” e não num modelo de financiamento traduzido em contratos-programa.

Sofia Ribeiro, que intervinha na cerimónia evocativa do 48º aniversário da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, considerou que a responsabilidade governamental “tem que se pautar pela constância e previsibilidade, apenas asseguradas pelo cumprimento atempado dos compromissos assumidos, e não por um modelo de financiamento assente em contratos-programa”.

A titular da pasta da Educação considera que um modelo de contratos-programa “coloca em atraso o funcionamento das instituições de ensino superior”.

“Ao Governo da República exige-se que cumpra com a sua responsabilidade, não se desresponsabilizando perante a assunção de responsabilidade própria de um Governo Regional”, afirmou a governante.

Sofia Ribeiro considerou que o financiamento do ensino superior “é uma responsabilidade indeclinável do Estado e o financiamento da Universidade dos Açores, enquanto instituição do ensino superior público do país, tem que corresponder ao interesse estratégico nacional”.

“Perdeu-se mais uma oportunidade”

A reitora da academia açoriana, Susana Mira Leal, que também interveio na cerimónia de aniversário da instituição, considerou que no novo modelo de financiamento do ensino superior “perdeu-se mais uma oportunidade de se estabelecer um modelo que, de forma definitiva e estrutural, atenda às circunstâncias especí-



ficas das instituições, às dimensões insulares e ultraperiféricas das universidades dos Açores e da Madeira e à dimensão tripolar em descontinuidade territorial da academia açoriana”.

Susana Mira Leal elogiou o “cumprimento da palavra” por parte da ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, com a “formalização, em dezembro último, do contrato-programa com a Universidade dos Açores, desbloqueando o impasse que durava há três anos com prejuízos claros para a academia açoriana, para a região e para o ensino português”.

Papel activo na fixação dos jovens

O presidente do parlamento dos Açores, Luís Garcia, que também interveio na cerimónia, considerou que a “previsibilidade financeira tem muitos passos a serem dados”, tendo salvaguardado que a academia açoriana pode de-

sempenhar um “papel ativo na fixação de jovens nas ilhas”.

O representante da República para os Açores, Pedro Catarino, considerou, por seu turno, que a “tripolaridade da Universidade dos Açores não pode ser ignorada” e deve ser complementada pelos órgãos de governo próprio da região.

Elias Pereira, presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, reiterou que a academia deve beneficiar de uma lei de financiamento semelhante à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, “estratégica e definitiva”, defendendo que os contratos-programa não constituem uma solução de estabilidade.

Por sua vez, a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmou que o contrato-programa celebrado com a Universidade dos Açores, no valor de 14 milhões de euros, irá “fortalecer” o papel da instituição no desenvolvimento regional.

Ministra fala do contrato

Elvira Fortunato, que também falava na cerimónia que assinala o 48.º aniversário da Universidade dos Açores, referiu que o documento prevê “um investimento de mais de 14 milhões de euros e que resulta de um processo de revisão do modelo de financiamento do ensino superior público”.

“Trata-se de um documento que permitirá fortalecer o papel da Universidade dos Açores no desenvolvimento do território onde se encontra inserida, que prevê financiamento adicional ao da fórmula de financiamento das instituições de ensino superior e mobilizará fundos adicionais aos do Ministério, procurando fortalecer o papel da academia no desenvolvimento social e económico da região que apoia”, afirmou a governante.

A titular da pasta do Ensino Superior

considerou que “o Governo do continente [PS] reconhece, desta forma, o percurso evolutivo e positivo que a Universidade dos Açores e o Governo Regional [PSD/CDS-PP/PPM] têm caminhado”, sendo que se “pretende dar ferramentas para que esse percurso seja seguido”.

De acordo com Elvira Fortunato, a celebração do contrato “resulta, ainda, do reconhecimento de que a universidade carece de um apoio compensatório devido à sua situação insular e ultraperiférica”.

A ministra reconheceu que esse é um “fator determinante para a existência de constrangimentos que afetam a sua organização e funcionamento, nomeadamente no que diz respeito a sobrecustos que não são passíveis de serem compensados com ganhos de escala, quando em comparação com outras instituições do ensino superior localizadas no território continental”.

Ainda segundo Elvira Fortunato, o contrato-programa “visa reforçar a Universidade dos Açores, por forma a consolidar a sua sustentabilidade e o seu contributo regional e local, consignando um conjunto de medidas que visam por exemplo o desenvolvimento de programas temáticos de Investigação e Desenvolvimento dedicados à transição ecológica-espaço-oceano”.

O documento visa ainda a “densificação de ofertas formativas de cursos de curta duração de nível superior, de formação pós-graduada na área profissional e cursos de curta duração e modulares de maior alcance, como microcredenciações, que promovam a aprendizagem contínua e a aquisição de novas competências”. Pretende-se ainda fomentar “a cooperação entre a Universidade, o Governo Regional e diversas instituições científicas e de ensino superior nacionais, europeias e/ou norte americanas, assim como com empregadores públicos e privados em áreas como o espaço, os oceanos, entre outras”.

Comissão Europeia vai financiar cabos submarinos para Açores e Madeira

A Comissão Europeia vai cofinanciar 37 projetos para criação de infraestruturas 5G na União Europeia (UE), incluindo cabos submarinos para ligação às regiões ultraperiféricas (RUP), como os Açores e Madeira.

O orçamento de 252 milhões de euros, no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa (MIE Digital), será atribuído a projetos para desenvolvimento de infraestruturas 5G em comunidades locais – como universidades e hospitais para melhorar a qualidade de serviços de interesse público – ao longo dos principais corredores de transporte europeus, bem como para a instalação de cabos submarinos, melhorando a segurança e a resiliência das redes de base na e para a UE.

Entre os projetos apoiados está a ligação por cabos submarinos entre as RUP no oceano Atlântico e o continente europeu, bem como o reforço

da conectividade para África.

No comunicado, Bruxelas lembra estar ainda aberto – até 20 de fevereiro – o concurso para cofinanciamento de novos projetos MIE Digital.

Os cabos da discórdia

Recorde-se que o futuro anel de cabos submarinos que vai ligar o Continente e as ilhas gerpu contestação nos Açores, embora a empresa responsável pelo projeto insista que a escolha da configuração teve apenas preocupações técnicas.

“A escolha da configuração teve uma preocupação única de garantir uma total redundância à Região Autónoma dos Açores e de interligação com a atual e futura rede interilhas, ao contrário da atual configuração, a qual está totalmente dependente da ilha de São Miguel”, justifica o diretor-geral

da IP Telecom, numa carta enviada ao parlamento açoriano.

O ofício surge em resposta a uma petição entregue na Assembleia Legislativa dos Açores, cujo primeiro subscritor é Mota Vieira, engenheiro de comunicações, que defende a realização de um estudo para determinar a que ilhas devem ficar ligados os cabos submarinos que vêm do Continente e da Madeira.

“O cabo principal, vindo do Continente, deve ficar ligado à ilha de São Miguel, que é a maior ilha da região”, defendem os assinantes da petição, acrescentando que a ligação do cabo secundário deva ser estudada, admitindo que apenas essa possa ficar instalada noutra ilha da região.

“A configuração definida permitirá, sempre que uma ilha sofra algum tipo de catástrofe, vendo-se impedida de prestar o serviço de comunicações

com as demais ilhas, por via de uma configuração de anel puro, possam subsistir interligações” com o restante arquipélago, pode ler-se no referido ofício da IP Telecom.

Opinião contrária têm os subscritores da petição, que consideram que a maior economia dos Açores, situada na ilha de São Miguel, será “fortemente penalizada”, se o cabo principal de fibra ótica entre o Continente e os Açores, ficar ligado à ilha Terceira.

“Esta configuração irá trazer consequências negativas para a principal economia dos Açores”, alertou Mota Vieira, durante a audição parlamentar, adiantando que uma empresa tecnológica que pretenda instalar-se nos Açores, não vai querer vir para São Miguel, depois de saber que não há ligações da fibra ótica diretas com o Continente.